

Orçamento aprovado sem veto: NCz\$ 3,1 trilhões.

JORNAL DA TARDE

31 JAN 1990

O presidente José Sarney resolveu sancionar integralmente o Orçamento Geral da União (OGU) com uma previsão de gastos de NCz\$ 3,146 trilhões, aprovado pelo Congresso em dezembro. É uma vitória do chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, que aconselhou Sarney a não se indispor com o Congresso no final de seu mandato, e mais uma derrota do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que ontem mesmo levou ao presidente uma lista de vetos considerados necessários.

Entre os vetos sugeridos por Abreu estava o corte integral da "programação especial" criada pelos parlamentares, com recursos para obras de seu interesse. O presidente esperou o final do despacho com o ministro para comunicar-lhe que não vetaria nenhum artigo do orçamento, e alegou razões políticas para a decisão: vetar qualquer parte do Orçamento, disse ele a Abreu, teria reflexos importantes na administração do futuro presidente. Ponte acrescentou mais tarde que Fernando Collor "tem poderes constitucionais para alterar o orçamento, se julgar que isto é conveniente".

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente, que também participou da audiên-

cia, observou que será necessária uma revisão geral do orçamento se o presidente eleito quiser implantar sua reforma administrativa, com redução de ministérios e fusão e extinção de órgãos públicos. Essa revisão anteciparia aquela que já está prevista na lei aprovada, para julho deste ano.

Sarney explicou ainda a Abreu e Parente que aceitava as "razões técnicas" da Seplan para sugerir os vetos, tanto que vai incorporá-las ao projeto, no momento em que devolver o orçamento ao Congresso. Mas dará também as razões políticas que o levaram a sancionar integralmente o OGU, rejeitando as propostas de vetos.

A Seplan queria que Sarney vetasse despesas de NCz\$ 113,1 bilhões, a preços de janeiro, por considerá-las inconstitucionais ou incompatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Desse total, NCz\$ 73,8 bilhões seriam despesas incluídas nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e NCz\$ 39,3 bilhões, gastos do orçamento de Investimento das Empresas Estatais — as três grandes subdivisões do OGU. A "programação especial" dos parlamentares representaria cerca de NCz\$ 15 bilhões desses vetos.